

Atirar é divertido. Até você matar alguém

Bolsonaro transformou um passatempo pessoal em problema nacional, que põe em risco a vida de jovens como Isabele, de 14 anos, que teria sido morta por uma disparo acidental

Ivan Marques

28 de julho de 2020

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL



Legislação estabeleça os parâmetros de responsabilidade para o tiro como esporte, mas relação cotidiana com armas e munições é bastante diferente do prescrito em lei

Fernando Collor gostava de jet-skis e usava o lago Paranoá para desfilar seu *hobby*. Fernando Henrique Cardoso nadava, e chegou a construir uma piscina no Palácio da Alvorada para praticar seu exercício matinal. Lula, durante sua presidência, não dispensava o futebol, promovendo partidas tanto na Granja do Torto quanto no complexo esportivo anexo ao Palácio do Planalto. Jair Bolsonaro diz que gosta de armas de fogo. Porém, ao contrário de seus antecessores, transformou seu passatempo pessoal em problema nacional.

Seria ingênuo acreditar que as medidas normativas promovidas pelo presidente flexibilizando o já falho controle que o estado tem sobre armas e munições tem somente a intenção de favorecer seus companheiros de *hobby*, os famigerados CACs (caçadores, atiradores e colecionadores). Se verdadeiro, já seria um absurdo completo, pois a confusão entre o público e o privado estaria mais que patente. Entretanto, basta observar as relações no mínimo duvidosas de sua família com a indústria de armas, além de sobrevoar redes sociais e fóruns de apoiadores de Bolsonaro, para verificar que há quem acredite que as medidas nada afetam a sociedade brasileira. O problema é que liberar armas e munições de maneira leviana cobra seu preço em vidas inocentes, e os efeitos de tais medidas já começam a aparecer.

A vítima mais recente do dito *hobby* do presidente é a adolescente de 14 anos Isabele Ramos, que morreu com suposto disparo acidental em seu rosto, desferido pela amiga com uma pistola Imbel .380. A análise do caso revela diversos problemas ainda a serem solucionados pelo inquérito policial, ao mesmo tempo que confirma os alertas levantados tanto pelo Ministério Público Federal

como por diversos especialistas, que atestam que o estímulo na venda de armas e munições promovidas por Bolsonaro aumentaria acidentes, suicídios e desvios de armas do mercado legal para o ilegal.

Segundo relatado, Marcelo Cestari (CAC) guardava duas pistolas levadas à sua casa pelo namorado da filha, um adolescente de 16 anos e atirador desportivo. Marcelo pediu à filha de 14 anos que guardasse as armas no cofre da casa e, no caminho, ao manusear uma das armas, acabou disparando contra Isabele, que visitava a casa. Ainda que a versão final do inquérito seja essa, uma tragédia sem qualquer dolo, há inúmeros problemas de ordem legal.

Uma das medidas promovidas por Bolsonaro e duramente criticada por diversos especialistas foi justamente a suspensão da necessidade de autorização judicial para o manuseio de armas por adolescentes com menos de 18 anos. O Decreto 9.846/19 permite que jovens com mais de 14 anos possam manusear armas em estandes de tiro com autorização dos pais. A imprensa local e a federação de tiro do Mato Grosso relatam que a autora do disparo compete esportivamente em provas estaduais há três anos, ou seja, mesmo antes do novo decreto a família já incorria em ilegalidades com arma de fogo. O manuseio de armas em casa por adolescentes, como no ocorrido, é outra quebra do protocolo, que só permite o uso de armas sob a supervisão de adultos em estandes de tiro. O próprio porte das duas pistolas pelo namorado de 16 anos é ato grave e ilegal, uma vez que, além de menor de idade, não tinha registro de transporte e muito menos era o proprietário das pistolas.

Ainda que a legislação estabeleça os parâmetros de responsabilidade para o esporte, fica claro que o dia-a-dia na relação com armas e munições é bastante diferente do prescrito em lei. É evidente que a sucessão de ilegalidades do caso do Mato Grosso não pode ser generalizada a todos os CACs. Não fosse a seriedade da maioria, teríamos casos como o de Isabele aos montes. No entanto, falta equilíbrio e senso de responsabilidade no debate entre a manutenção de um *hobby* e seu impacto na segurança da sociedade, seja para evitar acidentes, seja no desvio dessas armas para o crime.

Nesse sentido, o cumprimento da lei no cotidiano do atirador desportivo deve passar por mais desafios do que outras atividades, mesmo que controladas, no Brasil. Compartilhamento de munição recarregada e sem rastreabilidade, empréstimo de armas para o colega de estande “testar” no fim de semana, transporte irregular fora do trajeto casa-clubes de tiro, armazenamento doméstico precário. São inúmeras situações da vida real que, em escala nacional, geram mortes como a de Isabele. Não há necessariamente dolo, mas o praticante deste *hobby* assume o risco de o pior acontecer. Tratando-se de arma de fogo, o pior significa tirar a vida de alguém. O pai da autora do disparo, Marcelo Cestari, pode ser indiciado por homicídio simples e ficar de 6 a 20 anos preso.

Assim, para além do descumprimento da lei, há que se fazer uma reflexão profunda sobre que tipo de sociedade o presidente está promovendo no Brasil ao tratar o tiro desportivo como uma atividade qualquer. Lamentar a morte de Isabele, o que salvo melhor juízo não foi sequer feito pelo presidente, e seguir de braços cruzados frente às medidas que têm inundado o país com mais armas e munições, é fechar os olhos para um problema real. Estima-se que tenhamos 400 mil CACs no Brasil. Sem desmerecer o esporte – que recebeu a primeira medalha olímpica brasileira -, é fato que ele pode causar estragos reais na vida das pessoas. Promover um *hobby* privado que pode custar vidas por meio de acidentes domésticos já seria motivo suficiente para, no mínimo, haver medidas que possam conter danos colaterais. Na esfera pública, o tiro desportivo, caça, e colecionismo de armas de fogo causam problemas absorvidos por toda sociedade, afetando a segurança social e impactando diretamente nos gastos públicos com saúde, justiça, assistência social e trabalho policial.

Na casa da família Cestari, onde Isabele morreu, pai, mãe e filha eram CACs, todos praticantes de tiro. A família do namorado e dona da arma também era CAC e praticante do esporte. Nesta tragédia que tirou a vida dessa adolescente, a única que, até onde se conhece, não tinha relação com armas de fogo era Isabele – que morreu. Esse grupo de pessoas tende a dizer que já são muito regulados, e que os casos fatais são exceções. Ora, quando o seu *hobby* pode tirar a vida de terceiros, e você não reconhece que em escala ele pode gerar problemas sociais graves, há algum problema com você. Afinal, como também gostam de dizer: armas não matam pessoas, pessoas matam pessoas, não é mesmo?

Ivan Marques

Advogado, presidente da Organização Internacional Control Arms e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

<https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zsn-zijuh-hi3nj-iyxsx-vc35o-jes2f-p45gr-boopr-2ez42-baaej-o6q-7as9i-47nyy-mz874-u6e7o-csibj-mrcnm-7tfxr-4mcp7-4kvtq-z8r62-tnhb-s5myy-3pmpy-8fma6-b2uqs-76dju-pjg68-sj6-urnqf-yg5si>



